

HECTOR BRENER

Faz dez anos, precisamente no segundo semestre de 1978, lançamos a idéia e constituímos o Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, que contou com o apoio efetivo de cerca de 150 veículos de comunicação entre os mais importantes do País e a maior parte da iniciativa privada nacional e multinacional, diretamente pelas empresas ou através de suas entidades de classe.

O Movimento foi concebido e manteve sua conduta como empreendimento apolítico, partidário, de fins não lucrativos, para defender, divulgar e promover os princípios constitucionais de liberdade de iniciativa, economia livre de mercado orientada socialmente, essencialidade da empresa privada e caráter suplementar do Estado na organização e exploração das atividades econômicas.

Com campanhas de comunicação social, edição de cadernos econômicos e participação em conferências, seminários e palestras, cumprimos com o objetivo a que nos propusemos.

Em 1985, o governo da chamada Nova República convocou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Gerando, porém, a nosso ver, insanável deficiência ao convocar um Congresso com poderes constituintes e não uma legítima Assembleia Constituinte cujos mandatos se exaurissem junto com a própria Assembleia.

Esse modelo que privilegia políticos profissionais em detrimento de grandes pensadores e compromete a necessária isenção, só teve um único exemplo contemporâneo no parlamento espanhol pós-Franco. Mas todos os congressistas ao promulgar a nova Constituição renunciaram ao seu mandato, num exemplo de grandeza moral e consciência cívica a que não estamos habituados. Por outro lado, o processo eleitoral foi naturalmente polarizado pelas concomitantes eleições de governadores em primeiro lugar e senadores e deputados em segundo plano e o povo mal sabia que estava escolhendo os Constituintes.

Dai que o trabalho de comunicação do Movimento nos últimos dois anos fosse destinado como contribuição aos debates da nova Constituição.

Agora estamos às vésperas de concluir, em primeira votação, o texto da Nova Carta. A partir do momento que se encerrem os trabalhos da Assembleia, as atividades do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa serão interrompidas em obediência e acato à nova Constituição, ainda que dela discordemos em diversos conceitos já aprovados.

Entre os aspectos que, direta ou indiretamente, se ligam à ordem econômica temos visto incorporados ao texto da nova Constituição princípios defendidos pelo Movimento em seus dez anos de existência.

Como os conceitos de livre iniciativa, de valorização do trabalho, do direito de propriedade privada, da livre concorrência, alguns aspectos da defesa do consumidor, da redução das desigualdades regionais e sociais, do diferenciado tratamento para as micros e pequenas empresas e da aceleração de processos e acessibilidade à justiça por parte do povo através dos tribunais de pequenas causas.

Mas também diversas impropriedades foram aprovadas no texto constitucional. E como resta a última etapa dos trabalhos da Constituinte, não queremos encerrar nossa pregação nem silenciarmos nossa voz, antes de fazermos um último esforço, alertando para os problemas que talvez possam ser minorados, se não eliminados, em segunda votação.

O primeiro aspecto que devemos levar em consideração é que os constituintes não foram convocados para formular apenas a Nova Constituição, mas para promulgar aquela capaz de, além de organizar um sistema de governo, conceder e limitar seus poderes, implantar o estado de direito e resgatar os valores da cidadania, estabelecer as bases para um país moderno e mais equânime, tanto nas oportunidades de acesso ao desenvolvimento científico e aos bens materiais e culturais quanto na administração de justiça. Bases essas que se expressam, no campo econômico, através da fundamental participação da iniciativa privada e da redução de intervenção e do tamanho do Estado. Da capacidade e vontade de acolhermos o capital de risco e tecnologia internacionais, para suprir nossas carências e não desacompanharmos as nações avançadas. Uma nova Constituição que permitisse terminar com a infrutífera promessa permanente do desenvolvimento futuro e desfez condições para que as atuais gerações tenham a oportunidade de gerar e participar do progresso a que o País e a sociedade têm direito.

Mas o que vemos na Assembleia Constituinte é um heterogêneo grupo minoritário constituído por políticos esclarecidos e preparados e por defensores honestos das diferen-

tes correntes do pensamento ideológico serem superados pela atmosfera criada por uma maioria oportunista e demagógica, completada pelos desinformados e os omissos. Nesse clima, o que está sendo tratado e votado na Assembleia Nacional Constituinte não nos aproxima daquele futuro. Ao contrário, institucionaliza o corporativismo, mantém a unicidade e o imposto sindical e concede direito de greve, praticamente irrestrito. Prática grosseira demagógica ao defender soluções do tipo extensão de licença maternidade, prejudicando interesses que pretenda defender, criando ridícula licença paternidade, outorgando direito de voto a menores com 16 anos ou impondo turno de seis horas nas atividades de horário corrido, entre outros exemplos. Não encolhe o Estado, consagra as reservas de mercado e o capitalismo cartorial, prova sua reatância ao capital estrangeiro e reconhece o direito de propriedade privada de maneira condicionada.

Parece que não queremos alinhar-nos junto às grandes nações e vamos a caminho de declarar-nos, constitucionalmente, um país do Terceiro Mundo.

Pode ser que essa seja a Constituição de circunstanciais constituintes. Mas não acreditamos que seja a Carta que a sociedade, que eles dizem representar, deseja.

Numa época em que as sociedades evoluem em consequência do conhecimento, da tecnologia e da eficiência, nós nos preocupamos com a nacionalidade do capital e o domicílio dos acionistas.

Continuamos procurando capital de empréstimo para sair da moratória e recompor a dívida externa ao mesmo tempo que rejeitamos capital de risco.

A maior transformação ideológica ocorrida no século vinte foi a confissão pública de que o regime comunista fracassou em seus aspectos econômico-produtivos. Mesmo com toda a força e o rigor impostos pelas mais cruéis ditaduras, a experiência de 70 anos na União Soviética e 40 anos na China levou essas nações nos últimos anos a adotarem princípios da economia de mercado.

O comunismo, implantado com o objetivo, entre outros, de acabar com o capitalismo na terra, admitiu o retorno da propriedade privada, quando dois anos atrás autorizou 29 diferentes atividades econômicas a serem exercidas em regime de empresa particular.

Em 30 de junho do ano passado, o parlamento soviético aprovou uma lei que reduz o controle sobre a economia. Experts em temas soviéticos afirmam ser essa a peça legislativa mais importante em matéria econômica desde 1920.

Essa lei, que entrou em vigor em janeiro último, contempla a redução dos poderes do ministério econômico e determina que os gerentes de fábricas sejam responsáveis pelos resultados financeiros e, principalmente, se preocupem por responder às tendências do mercado.

A Assembleia Nacional do Povo da China aprovou, o mês passado, uma emenda à Constituição, aceitando a economia de mercado como suplemento da economia socialista.

Em 28 de março passado, a União Soviética divulgou a criação da Associação Nacional de Propaganda Comercial, no Ministério de Comércio Interior e naquele dia se filiou como membro da International Advertising Association. E o primeiro contrato de publicidade foi assinado com um consórcio italiano para divulgar os comerciais da Pepsi-Cola com Michael Jackson.

A República Popular da China aceita empresas estrangeiras nas 14 zonas de livre comércio desde que levem tecnologia de ponta. E Gorbachev convida investidores americanos a se instalarem na União Soviética, com direito a remessa de lucros e liberdade de exportação.

As nações com a mais vasta experiência em economia de comando e reserva de mercado declaram a ineficácia do seu sistema. E nós consagramos a política cartorial e nos reafirmamos no pré-capitalismo.

A predominância econômica no século vinte e um já adquire contornos nítidos. A União Soviética e a China se preparando para disputar num pé de igualdade. Os Estados Unidos e o Japão procurando continuidade em seu grande desenvolvimento. A Europa Ocidental dando a maior demonstração de sabedoria e maturidade no pós-guerra, consolidando a Comunidade Econômica a caminho de eliminar totalmente as barreiras nos próximos quatro anos e os países do Sudeste Asiático com o maior crescimento atual entre todas as regiões do mundo.

Parece que o Brasil está desaproveitando a chance de aspirar a jogar nesse time.

O grande desafio de nossos constituintes era definir as condições para fazermos do Brasil uma grande potência econômica e em consequência proceder a uma drástica redução da pobreza.

Para tanto era necessário criar condições estáveis permanentes para retomada e manutenção dos investimentos. Devemos recordar que na década de 70 os investimentos na economia brasileira chegaram a representar 25% do PIB e hoje esse nível caiu para algo em torno de 15%. Ou seja, perdemos uma equivalência de aplicação de cerca de 30 bilhões de dólares anuais.

Para dimensionar o esforço de poupança interna e externa para fazer do Brasil uma força econômica, vale a pena lembrar que o crescimento japonês se deveu a uma taxa de investimento de 35% do PIB durante cerca de vinte anos e ainda hoje o Japão investe perto de 30% do seu produto.

Por outro lado devemos mencionar que a despeito de uma queda gradual do índice de crescimento demográfico, compensado pelo aumento populacional, estamos crescendo trinta milhões de pessoas em cada dez anos. Se por um momento admitirmos que o Brasil não tivesse absolutamente nenhum problema nem seu povo nenhuma carência, mesmo dedicando todos nossos recursos é inteiramente inviável construir o equivalente a uma Argentina a cada dez anos. Com seis milhões de residências com infra-estrutura, água, esgotos, iluminação, comunicações, escolas, hospitais, assistência médica e principalmente empregos. Fechar os olhos a essa dramática realidade será um ato de insensatez se não for de teimosa ignorância.

Precisamos despertar o discernimento dos constituintes para criar os estímulos capazes de motivar a iniciativa privada nacional e multinacional, a transformar a maior parcela de recursos e poupança em investimentos produtivos em nosso País.

E por estímulos não nos referimos a favores, subsídios, créditos beneficiados ou reservas de mercado. Nos referimos a uma política de normas claras e permanentes, que demonstre respeito pela iniciativa privada e pelo capital, seja doméstico ou internacional e que reconheça o lucro como compensação legítima pelo risco assumido, permitindo que o fracasso seja o preço da ineficiência.

É necessário também para criar clima propício à retomada dos investimentos eliminar as incertezas, entre as quais destacamos o déficit público e a inflação.

Com relação ao déficit público é irritante a monotonia com que nos últimos dez anos, ciclicamente, nos dizem que o déficit se tornou desprezível ou foi zerado para depois reaparecer como metastase que apenas tinha ficado oculto ou reprimido.

A última ocasião, a mais dramática, foi quando as mais altas autoridades do país foram à televisão e informaram que o déficit estava zerado e anunciaram o plano cruzado. A maior ilusão que fizeram sonhar ao povo brasileiro. E quatro meses depois começaram os artifícios para cobrir o déficit. As últimas décadas nos mostram os sucessivos governos não dispostos a produzir um orçamento ajustado mediante redução de despesas, mas, indefectivamente, através de aumento de receitas mediante toda sorte de artifícios e recursos fiscais e tributários. No que, devemos convir, têm sido muito criativos.

Assim, o governo, que já controla o câmbio, o comércio exterior, os salários, os preços, o crédito e a poupança, determinou, por diversas vezes, aumento de IR, ICM, IPI, contribuição da Previdência, antecipação da TRU e do recolhimento do Iap, sobretaxação dos chamados lucros extraordinários, aumentos dos serviços públicos acima da inflação, empréstimos compulsórios generalizados, compulsório na gasolina, nas passagens aéreas, no dólar turismo, criação do PIS, Papep, Finsocial e mais recentemente do Fundo Nacional de Desenvolvimento e a lista seria interminável. Agora mesmo a Constituinte deu sua contribuição aprovando uma série de novos impostos: heranças, doações, criou a suplementação estadual do imposto de Renda e o imposto às grandes fortunas. Aliás, hoje tramita no Congresso projeto de lei que considera "grande fortuna" aquela superior a 50.000 OTN's, ou seja, 57 milhões de cruzeiros neste mês de maio, ou 300.000 dólares. Isto é, quem conseguiu ao longo da vida adquirir um apartamento ou uma casa para a família, um automóvel e uns poucos bens patrimoniais, continuará fazendo parte da sofrida classe média, porém com o gratificante rótulo de grande fortuna. E naturalmente pagando um tributo por isso.

Todas essas medidas, em verdade, caracterizam uma gigantesca transferência de recursos do setor privado para o setor público, com empobrecimento da sociedade e debilitamento da empresa privada, apenas para atender à insaciável voracidade do Estado.

Com relação à inflação, parece que estamos num estado de torpor. Somos o único país que está às vésperas de completar uma década com inflação ascendente de três dígitos. Primeiro na casa dos cem, depois subimos para os 200, o ano passado superamos

os 350 e hoje estamos a caminho dos 600%. E não vimos nenhum programa profundo, rigoroso e eficiente para reduzir a inflação. Mas vimos, serenamente, muitos mecanismos para conviver com ela. Realmente parece que o País está anestesiado. A inflação desarranja a economia, castiga com crueldade o povo porque sacrifica mais a quem pode menos e entorpece a produção e os investimentos produtivos. Mesmo assim nos demonstramos impotentes para amenizar o mal, se não para resolvê-lo.

E a inflação nos traz a consequência de outro grave problema.

A perniciosa ilegitimidade de nossa moeda, que não consegue acumular nem poder nem confiança. Vejam como temos degradado nossa moeda de forma mais acentuada nos últimos tempos. O mil réis de ouro durou 150 anos. O mil réis de prata durou 80 anos. O mil réis de bronze e alumínio durou 40 anos. O cruzeiro durou 25 anos. O cruzeiro novo durou 19 anos. E o cruzado durou apenas 2 anos. Ele já foi substituído pela OTN.

As mensalidades escolares, as consultas médicas, as tabelas de fornecedores, os cálculos de custos e a restituição do Imposto de Renda e as dívidas com o fisco já são emitidas pelo Estado em OTN. Ou seja, a sociedade civil e o Estado já não reconhecem mais o cruzado. Quanto tempo imaginamos poder viver assim?

Em verdade nada pode substituir a moeda. Na moderna economia não existe outra instituição de nível tão alto quanto a moeda.

Como cidadãos, a Constituição regula nossa vida cívica e política e a moeda a nossa natureza de produtores e consumidores.

Enquanto não consigamos essa dupla legitimidade, nossa democracia será vulnerável e não xaremos do Brasil uma grande força econômica. A inflação e o desvirtuamento de nossa moeda colocam em evidência de maneira mais dramática outro grave problema com que nos defrontamos historicamente. Nos referimos aos aviltantes salários de nossa força de trabalho.

De acordo com o Anuário Estatístico do IBGE do ano passado, 86% da população economicamente ativa ganha de 0 a 5 salários mínimos. Portanto, é com eles que devemos nos preocupar e não com o resto que, em nossa pobre escala social, são os privilegiados.

Esse 86% representa 20 milhões de famílias, ou seja, cerca de cem milhões de pessoas que devem merecer nossa maior preocupação, primeiro por uma questão de dignidade humana e depois porque do fortalecimento gradual dessa vasta população surgirá um crescente e gigantesco mercado interno capaz de dar desenvolvimento sustentado à nossa economia.

Mesmo sabendo que nas famílias desfavorecidas trabalha mais de um membro aumentando a renda familiar, a média que é de três para quatro salários mínimos continua sendo miserável como rendimento e cruel pelo fato de mães terem de abandonar suas casas e os jovens a escola para colaborar no sustento e na sobrevivência da família.

Vejam o poder de compra de um salário mínimo.

Por exemplo, durante um mês de trabalho, com salário mínimo o brasileiro pode comprar hoje:

- um quilo de carne de mediana qualidade por dia e absolutamente mais nada, ou
- dois maços de cigarros de preço médio por dia e dez quilos de café em todo o mês, ou
- duas calças jeans e dois pares de tênis de baixo preço ou
- dez quilos de arroz e de feijão e uma condução diária.

Imaginem pão, leite, açúcar, legumes, azeite, macarrão, frutas, creme dental, sabonete, roupa, transporte, remédios, aluguel, escola...

Analisado o salário mínimo desde outro ponto de vista, observamos que nas sete maiores economias do mundo que estão na nossa frente são necessários entre 16 e 18 salários mínimos, isto é, um ano e meio, para adquirir um carro equivalente a nosso maior carro de luxo. E no Brasil são necessários 600 salários mínimos. Ou seja, será preciso destinar 50 anos de trabalho. O que prova duas coisas. O salário mínimo é um insulto. E o preço dos automóveis outro.

Segundo as entidades de classe dos produtores de veículos a carga de impostos diretos é de 52%, chegando a 77% com os impostos indiretos.

Depois de 100 anos da invenção do automóvel e de mais de 30 anos da indústria no País, a fúria tributária do governo exaure a capacidade produtiva e retira do povo o alcance de uma das mais populares e ambicionadas expectativas.

Outro aspecto moralmente comprometedor na escala de pobreza sócio-econômica de nossa população, produto da condição vil de remuneração salarial, educação e condição de vida, é dada pelas diferenças regionais.

Sabemos que diferenças existem mesmo nos países mais evoluídos. Mas o abismo que nos separa no Brasil só se encontra nas sociedades mais atrasadas, com as quais não podemos nem devemos nos comparar.

Em São Paulo e nos estados do Sul, temos uma renda per capita superior a 4.000 dólares. No Norte e Nordeste, mal chega a 200.

A taxa de mortalidade infantil no Sul é de 61 por mil. E no Nordeste é de 121 por mil. O dobro. A esperança de vida ao nascer, no Sul, é de 67 anos. No Nordeste é de 51 anos. Ou seja, o nordestino tem metade das chances do brasileiro do Sul de sobreviver ao primeiro ano de vida. E, se tiver a sorte de pertencer ao grupo dos sobreviventes, depois poderá esperar morrer 16 anos antes que seu irmão do Sul.

Este é o princípio de isonomia do Brasil real.

Parece que perdemos a capacidade de indignarmo-nos.

O Estado deverá efetivamente privatizar empresas, reduzir sua dimensão, desregular a economia, libertar a iniciativa privada e dedicar sua energia e seus recursos à saúde, educação, habitação e saneamento, que são áreas de sua mais adequada competência. E encarar, corajosamente, um programa de orientação de planejamento familiar, porque será muito difícil reduzir a pobreza com a população crescendo às taxas atuais.

Em seu pronunciamento de 1º de maio, o presidente nos lembrou uma grande conquista, em lance de ingênua ousadia que o País inteiro viu na televisão. Enquanto os trabalhadores reivindicavam a trimestralidade, o governo lhes outorgou o reajuste salarial mensal. Certamente o que o presidente esqueceu de dizer é que nestes três anos de nova República o governo já conseguiu produzir, até o início deste mês, 3.000% de inflação. A maior produção inflacionária, em período equivalente, da história da nação brasileira.

Quando o governo não joga o peso de sua autoridade e sua capacidade para controlar o desajuste de suas despesas, responsável maior por aquela inflação, lançando sobre a sociedade a responsabilidade de gerar os recursos para cobrir seu déficit, demonstra total desrespeito pelos cidadãos.

Contudo, devemos reconhecer que a nova política industrial proposta na semana passada pelo presidente caracteriza uma vontade de liberalismo e modernidade ao propor o encerramento do ciclo protecionista e demonstrando entender que o desenvolvimento econômico depende hoje do avanço tecnológico. Essa política liberta, em grande parte, o comércio exterior e a iniciativa privada à sua própria capacidade de empreender e se compromete, mais uma vez, a intensificar o programa de privatização de empresas estatais.

Esses princípios que estão consubstanciados em todas as mensagens do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, em seus dez anos de existência, merecem, por isso mesmo, nosso apoio. Antes mesmo de analisarmos detalhadamente a regulamentação.

Mas é importante observar que essa louável proposta do governo conflita com o texto já aprovado da nova Constituição, à qual se deverá subordinar.

A lúcida exposição de motivos do Decreto nº 2.433, de 19/05/88, sobre a nova política industrial, pode-se somar, como base de inspiração, para motivar os constituintes a suprimir esses aspectos conflitivos.

O trabalho será árduo porque não é a capacidade intelectual que predomina em certas decisões.

Na semana retrasada os constituintes aboliram a lei da oferta e da procura e, na mais inusitada e irrealista decisão até aqui tomada, fixaram em 12% o limite das taxas de juros. Ignorando que juros nada mais são que o preço de uma mercadoria. E desprezando 3.800 anos de experiência universal, além das experiências nacionais, que atestam o fracasso dos controles de preços permanentes, como permanente se supõe o que é inserido na Constituição. Além de impedir que o Banco Central possa conduzir a política monetária.

Em reunião realizada nos dias 3 e 4 de outubro de 1986 no Guarujá para analisar a futura Constituinte, entregamos, em nome do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, documentos aos 300 empresários participantes, onde dizíamos: "...foi criada no País uma expectativa de profundo espírito social reformista com acentuada participação do Estado. Nesse clima, será difícil que a nova Constituição não termine incorporando tintas socialistas/estatizantes". E apoiamos idéia apresentada pelo ilustre empresário gaúcho Jorge Gerdaud no sentido de constatarem em documento os princípios que deveriam ser defendidos, conjuntamente, na nova Constituição. Idéia que, na prática, não prosperou apenas pela apatia e desarticulação dos liberais e dos empresários nacionais.

O Centráo é um agrupamento híbrido e desaglutinado que necessita, em Brasília, para não se dispersar, do suporte e estímulo de fortes lideranças e entidades de classe nesta luta corpo-a-corpo em que se transformou a Constituinte.

Do que foi um exemplo o trabalho feito pela UDR no Capítulo da Reforma Agrária.

A Constituição que está sendo votada dificilmente poderá ter longa duração, tantas são as propostas inexecutáveis que nela estão sendo incorporadas. Mas se quisermos evitar, uma Constituição de vida efêmera, o retardamento do processo histórico e, principalmente, o atraso do progresso, devemos tentar minorar suas atuais impropriedades.

Este é o trabalho que ainda pode ser feito, na segunda votação, em que só são admitidas supressões. Não é o melhor momento. Mas é a última oportunidade. Esta é a contribuição final que queremos dar em nome do Movimento Nacional pela Livre Iniciativa, antes que os delegados produzam uma Constituição que nos barre a entrada no século XXI.

Queremos agradecer aos veículos de comunicação, às empresas, às entidades e às lideranças empresariais que nos apoiaram durante esses dez anos.

E a todos os senhores, pela oportunidade e pela presença, muito obrigado".

O autor fez o pronunciamento acima no dia 26 de maio, na ADVB de Porto Alegre